

A Filologia Vivente de A. Gramsci

The Living Philology of A. Gramsci

Sabrina Areco¹

Resumo

Embora não fosse um metodólogo *stricto sensu*, tendo mesmo criticado a formulação de um método padrão, Antonio Gramsci propôs questões relevantes para o estudo da teoria política. É possível traçar paralelos entre suas formulações e o debate do contextualismo linguístico dos anos 1960 animado pelas contribuições de Q. Skinner. Estou me referindo à abordagem das relações entre texto e contexto, desenvolvida por contextualistas em oposição à escola textualista de análise. Neste artigo pretendo argumentar que Gramsci pode ser aproximado desta tendência no que diz respeito à abordagem histórica dos textos políticos e na atenção ao estudo filológico. No entanto, foi com a formulação da relação entre história e política que procurou superar a perspectiva abstrata e puramente hermenêutica do estudo dos textos, considerando que toda obra do pensamento político é política e, nesta chave, também deve ser entendida a recepção e uso de textos nos diferentes contextos em que são lidos e interpretados. Isso o conduz a explorar o texto considerando as disputas e conflitos políticos nos quais ele é mobilizado, assim como permitiu-lhe tratar das obras de criação individual e dos intelectuais como parte do aparato de hegemonia, capazes de delinear ou conformar contextos linguísticos determinados e segundo uma “direção” preestabelecida.

Palavras-chave: Metodologia. História do Pensamento Político. Antonio Gramsci. Teoria Política

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e Professora de Ciência Política junto à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campus Amambai (UEMS, Amambai, MS, Brasil). E-mail: sabrinaareco@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1853-0037>. Uma versão preliminar deste *paper* foi apresentado no II Congresso Latinoamericano de Ciencia Política realizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP) em Bogotá.

Abstract

Although he was not a methodologist, having criticized the formulation of a standard method, Antonio Gramsci proposed questions relevant to the study of political theory. It is possible to draw parallels between Gramsci's formulations and the linguistic contextualism debate of the 1960s, enlivened by the contributions of Q. Skinner. I am referring to the approach of the relations between text and context, developed by contextualists as opposed to the textualistic school of analysis. In this article, I intend to argue that Gramsci can be approached from this tendency with regard to the historical approach of political texts and attention to philological study. However, it was with the formulation of the relationship between history and politics that Gramsci attempted to overcome the abstract and purely hermeneutic perspective of the study of texts, considering that every work of political thought is political and, in this key, must also understand the reception and use of texts in the different contexts in which it is read and interpreted. This leads him to explore the text considering the political disputes and conflicts in which he is mobilized, as well as allowing him to deal with individual works of creation and intellectuals as part of the hegemonic apparatus, capable of delineating or conforming to specific linguistic contexts and according to one pre-established "direction".

Keywords: Methodology. History of Political Thinking. Antonio Gramsci. Political Theory.

Introdução

Textos de teoria são elaborações discursivas de objetificação da linguagem e, como tal, visam tornar homogênea e consistente a reflexão do campo sobre o qual se escreve. Por meio de tais elaborações o autor tem o objetivo de envolver-se em um processo de comunicação (e convencimento) com o público leitor – objetivo ainda mais premente tratando-se de um autor de textos políticos. E, tanto produções orientadas por um projeto de manutenção das convenções de comunicação já dadas, como naqueles redigidos com o prumo de subversão dessas convenções, é preciso partir de um dado terreno historicamente construído das palavras e de seus sentidos, isto é, de um contexto linguístico (SILVA, 2010, p. 310). Por isso o estudioso da teoria política em sua tarefa de leitura e interpretação destes textos pode ser conduzido a um campo limítrofe à sua área de especialidade: a linguística. Tais aproximações são profícuas se não ensejarem uma absolutização da linguagem, isto é, a ideia de que conceitos são apenas palavras.

O marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) ilumina questões suscitadas pela noção de contexto linguístico e sua relação com a interpretação e estudo de textos políticos. Seus *Quaderni del carcere*, redigidos na prisão fascista onde ficou de 1926 a 1937, apresentam uma aprofundada análise teórica da política entendida em unidade com a história e a filosofia. É preciso reconhecer, no entanto, que é uma obra inconclusa, com formulações provisórias e com um permanente pressuposto que a animava: o esforço de contribuir para “[...] uma renovada prática teórica e política engajada em projetos de emancipação social” (BIANCHI, 2008, p. 16)².

As condições excepcionalmente adversas de sua produção e a existência de um projeto político que faz dos cadernos um estudo engajado são acompanhados de uma prática teórica consistente e sustentada por uma reflexão sobre ciência, conhecimento e práticas de pesquisa. E essa reflexão sobre procedimentos e métodos de investigação levou-o à recusa da standardização metodológica: longe de propor um método ideal e infalível para os estudos históricos, considerava que cada investigação deve possuir com seu objeto ou matéria uma unidade de tal forma que ao se desenvolver a investigação ou a ciência se elabora e se desenvolve também o método (Q11, § 15, p. 1404)³.

Este artigo procura explorar as contribuições de Gramsci para um debate que é não apenas metodológico, mas também epistemológico. Para isso, busca dialogar com a metodologia contextualista proposta por Quentin Skinner. Ainda que o mesmo tenha reformulado vários pontos de sua proposta inicial, retoma-se aqui a formulação original exposta em *Meaning and understanding in the history of ideas* e publicada em 1969⁴. Isso porque entende-se que nesta publicação as proposições do autor são expostas em sua forma mais polêmica.

2 O reconhecimento e valorização do caráter inconcluso dos *Quaderni* conduziu a uma renovação dos estudos do pensamento de Gramsci, com atenção a sua temporalidade própria e ao movimento das ideias. Entre outros, consultar BARATTA (2004), BIANCHI (2008) e FRANCIOSI (1984).

3 Utiliza-se neste artigo a edição crítica dos *Quaderni* organizada por V. Gerratana. Doravante: Q indica o caderno e § o parágrafo. Todas as traduções foram feitas pela autora.

4 O texto introdutório do debate foi publicado originalmente em *History and Theory* (8). Artigos de Skinner, parte das críticas e as réplicas do primeiro foram reunidos em *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics* (1988).

O debate com a proposta skinneriana será desenvolvido neste artigo através de questões centrais suscitadas pela leitura de Gramsci, sem pretender no entanto chegar a uma resposta conclusiva. São elas: 1) pode-se efetivamente falar na ausência de ideias perenes no pensamento político? Ou ainda: o que são ideias perenes? Essas questões conduzem para outra, também reputada essencial: como as ideias filosóficas nascem? Uma outra ordem de perguntas refere-se à forma de abordagem da língua e da linguagem. Como um entusiasta da disciplina de linguística, Gramsci empreitou no cárcere uma curta – mas profunda – análise do que chama de “questões de língua e linguagem”. Amparado por uma abordagem histórico-nacional que vincula a análise da história da cultura e dos grupos e classes da Península itálica ao processo de constituição da língua unitária em seu país, Gramsci sugere que as cisões e fragmentações de uma sociedade de classe deixam marcas na língua falada e também escrita. Portanto, 2) como entender as convenções linguísticas de um determinado tempo-espço, considerando-se as cisões existentes entre os grupos e as classes sociais?

Contextualismo *Versus* Textualismo

Colocando-se em franca controvérsia com a forma predominante de condução dos estudos de teoria política, Skinner propôs no final dos anos de 1960 uma superação do que chamou de duas ortodoxias: a textualista, que tinha como pressuposto a autonomia dos textos e se restringia a sua exegese; e a contextualista, que considerava que o contexto social, político, econômico determinava o significado de um dado texto (SKINNER, 1988, p. 30). Na segunda ortodoxia inseria o marxismo. De forma geral, os limites dessas abordagens para Skinner repousavam fundamentalmente no anacronismo. O anacronismo encetava a leitura das obras como sistemas filosóficos fechados (daí a predominância da filosofia política neste campo de estudos), quer dizer, a leitura mediada por um esforço do estudioso em identificar a existência de tal sistema, de modo que o passado (contexto de *redação* do texto e a intenção do *autor* ao fazê-lo) ficava subjugado pelo presente (contexto de *interpretação* do texto e as ideias e crença do *intérprete* na identificação do sistema). Em relação ao contextualismo dos marxistas, argumentou Skinner que a ênfase ao contexto recai em uma leitura determinista na qual se busca a relação

causal entre pensamento e estrutura, o que seria fundamentado pelo pressuposto de que o pensamento político não tem autonomia em relação à estrutura e, portanto, pode ser entendido apenas como epifenômeno (SKINNER, 1988, p. 59). O anacronismo seria o erro de partida das escolas do pensamento político então em voga e que, por isso, resultava não em construções propriamente históricas e sim em mitologias⁵.

Para a superação do anacronismo seria necessário que o estudioso do pensamento político abordasse as obras tentando apreender as intenções do autor ao escrevê-las, o que poderia ser feito por meio da reconstrução do contexto linguístico. O debate sobre linguística nas formulações de Skinner é tributário da filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein. A afirmação de que palavras também são atos (WITTGENSTEIN apud SILVA, 2010, p. 307), é tomada por Skinner e desenvolvida em chave historicista, isto é, o significado dos atos linguísticos depende de seu uso em determinados jogos de linguagem, que são historicamente localizados. Buscar a intenção do autor ao escrever um texto seria a forma mais apropriada de aproximar intenção e significado. E a intenção do autor não é acessada por uma imersão na subjetividade do mesmo e sim naquilo que é mais objetivo e mesmo mais tangível: os padrões de comunicação socialmente estabelecidos no momento em que escrevia. Se todo escrito visa estabelecer uma comunicação com o público leitor, é a partir das convenções linguísticas que se pode chegar às intenções do autor (SILVA, 2010, p. 309).

No final da década de 1980, Skinner dedicou-se a enfrentar os críticos de sua proposta contextualista. Dentre estes encontra-se Femia, que mobilizou Gramsci para se contrapor a alguns pontos da proposta metodológica skinneriana⁶. Para isso, remonta à tradição historicista - de

5 De forma sintética, pode-se definir as quatro mitologias delineadas por Skinner conforme se segue: 1) *mitologia da doutrina*: esforço do historiador em construir um sistema ou doutrina fechada, mesmo que ausente no autor clássico estudado; 2) *mitologia da coerência*: em nome de uma pressuposta coerência no pensamento de um autor, o historiador recusa suas contradições (ou as assume como erro) e as mudanças que ocorrem em um trajetória intelectual; 3) *mitologia da prolepse*: atribui-se às formulações do passado o significado do presente, de modo que aquilo que o autor clássico formulou faria sentido apenas no presente do historiador; 4) *mitologia do paroquialismo*: tomar culturas e tempos diferentes a partir de sua própria cultura e contexto (SKINNER, 1988, p. 32-49).

6 O artigo de Femia - *An historicist critique of "revisionist" methods for studying the history of ideas* - foi publicado em 1981, também na revista *History and Theory* (20). O autor publicava no mesmo ano seu livro *Gramsci's political thought* -

Vico aos filósofos alemães, até Marx e o próprio Gramsci - demonstrando que a problemática levantada por Skinner compartilha em linhas gerais os pressupostos historicistas de que: 1) homens transformam a si mesmos por meio de seu esforço em entender o mundo e adaptá-lo a suas necessidades, de modo que não há então natureza humana fixa e imutável, comum a todos os homens em todos os tempos; 2) os valores morais e critérios como verdade não são universais e fixos, são sempre produtos de uma determinada época e coletividade; 3) o filósofo utiliza os símbolos e a linguagem disponíveis em seu tempo para tratar de questões particulares de sua época; 4) formas de experiência humana (trabalho, artes ou filosofia) devem ser entendidas em relação à escala de valores do seu tempo específico (FEMIA, 1988, p. 158-159).

O principal substrato que o historicismo forneceria a Skinner seria, para Femia, a crítica à existência de ideias perenes ou verdades universais. Os autores clássicos estariam sempre escrevendo em uma situação particular, mobilizando seus argumentos com propósitos específicos e recorrendo às convenções linguísticas que permitem que o mesmo alcance determinada audiência. Os autores clássicos não falam para nós e, assim, não poderiam iluminar questões políticas e a realidade social do presente. Para Femia (1988, p. 159), como consequência indesejável desta formulação, as ideias do passado teriam interesse apenas como fenômeno histórico, fechados em seu contexto e por isso, no limite, é possível pensar a história do pensamento político apenas como uma sucessão de eventos sem conexão entre si. A crítica ao relativismo de Skinner é acompanhada da acusação de um tipo de determinismo linguístico: é a existência de uma convenção linguística - isto é, o conjunto de conceitos e símbolos compartilhado entre o escritor e sua audiência -

hegemony, consciousness and revolutionary process (FEMIA, 1981). Em oposição ao que chama de revisionismo da história intelectual - em especial, Skinner e Dunn - Femia afirmou que em sua abordagem do pensamento gramsciano buscou uma coerência interna a despeito das digressões e oscilações, separando "o joio do trigo" e assim construindo um padrão artificial e dando ao texto um nível de organização muito maior do que ele efetivamente possui (FEMIA, 1981, p. 14). Tal abordagem permitiu que ele situasse as contribuições do marxista para além de sua relevância mais estritamente nacional italiana e também colocá-las como continuidade de grandes questões da política (questões perenes), como a natureza do poder e os seus métodos de enfrentamento. E as respostas dadas para tais questões têm ressonância no presente sendo, portanto, seu interesse pelo pensamento gramsciano muito distante de qualquer antiquarismo (FEMIA, 1981, p. 20).

que fecha a relevância do autor em seu determinado contexto, ainda que haja permanência do mundo da produção e na realidade social. Essas continuidades nas questões da política são derivadas do fato de que o pensamento político lida com lutas não dissolvidas ou resolvidas pelo poder e entre classes⁷.

Os argumentos de Femia, portanto, aproximam Skinner e Gramsci no que diz respeito ao historicismo, mas recusa o relativismo skinneriano tratando-o como resultado do determinismo da linguagem em sua análise. Por outro lado, poderíamos afirmar que a tentativa de reconstrução das convenções linguísticas não redundava, necessariamente, em considerá-la nem estática e nem refratária aos conflitos, o que coincide com a abordagem de Gramsci acerca da língua e da linguagem.

Teoria política, política e classes sociais

A questão fundamental seria, portanto, entender como nascem e porque permanecem determinados problemas da filosofia. No caderno 10 (*La filosofia di Benedetto Croce*), mais particularmente no § 31 que se propõe a abordar a crítica croceana à filosofia da práxis⁸, Gramsci tratou da historicidade das formulações filosóficas através de um deslocamento do plano puramente teórico ou abstrato (desenvolvimento da ideia) para o plano prático da “[...] história real das mudanças das relações sociais, das quais então (e depois, em última análise, da economia) surgem (ou

7 Uma formulação nessa direção é proposta por Wood (1978). R. Koselleck (1985; 2002) também contribui para a reflexão sobre a possibilidade de se abordar historicamente as formulações conceituais. Para o autor, os conceitos detêm sedimentações de sentidos correspondentes à épocas e circunstâncias de enunciações diversas, ou seja, contém uma polissemia. Esses diferentes significados são colocados em jogo em cada um dos seus usos efetivos, em diferentes momentos históricos, o que torna possível o estudo diacrônico - ou seja, a história da recepção e ressignificação dos conceitos - permitindo que se apreenda o movimento político de disputa pelo seu significado. Assim, o aspecto sincrônico, em contraste com proposta metodológica de Skinner, é para Koselleck insuficiente (SILVA, 2009; KOSELLECK, 1985; 2002). Essa característica fundamental do conceito permite às formulações distantes temporalmente dotarem-se de atualidade quando colocadas em uso e disputadas pelos sujeitos e/ou grupos (KOSELLECK, 1985).

8 Escrito entre 1932-1935.

são apresentadas) os problemas que os filósofos se propõem a elaborar” (Q 10, § 31, p. 1271).

Há na formulação gramsciana a consideração sobre o caráter histórico da filosofia, mas de toda filosofia e inclusive da própria filosofia da práxis. E ela se modifica conforme o desenvolvimento histórico coloca novas questões. A relação entre o desenvolvimento histórico e as formulações filosóficas não é contingencial: é orgânica, de forma que é também a aderência de uma construção teórica à vida social que comprova sua historicidade. Ela é histórica quando “se difunde, se torna concepção de realidade de uma massa social” (Q 10, § 31, p. 1272). Assim, a filosofia e o senso comum têm entre elas uma diferença que é de grau de sistematização ou de nível de abstração. Sendo que filosofia é história, então ao se fazer história se faz ainda que implicitamente filosofia. Retomando a diferença de nível de formulação da filosofia: esse fazer implícito significa que ao se agir de forma prática é preciso elaborar soluções. Tais soluções dadas às questões da existência concreta são sistematizadas pelos filósofos especialistas, dando para elas um nível outro de sistematização teórica ou de abstração (Q 10, § 31, p. 1272). Indo além: se toda filosofia é história, toda filosofia é também política, mesmo aquelas que não se reconhecem como tal e embora apenas a filosofia da práxis expresse de forma orgânica os nexos entre teoria e prática, isto é, filosofia + práxis.

Sendo assim, não se pode escrever a história do passado sem um interesse presente, quer dizer, não há uma historiografia desinteressada e orientada por uma objetividade absoluta. Ter isso como pressuposto remeteria a uma fragmentação entre sujeito e objeto própria do positivismo. A história do pensamento não é acessada como parece pretender Skinner, e sim construída por meio da relação sujeito e objeto. Ao mesmo tempo, a concepção subjetivista do conhecimento em Gramsci está articulada à noção de que esta mesma subjetividade é histórica (Q 10, § 8, p. 1226). A análise da realidade é, assim, filtrada por pressupostos teóricos, conjuntos de categorias e hierarquia de valores culturalmente determinados, de maneira que aquilo que se pode conhecer é uma realidade parcial (Q 10, § 40, p. 1291). Como seria possível tratar da relação de uma série de fatos históricos senão a partir de pressupostos próprios que conduzem à escolha desses fatos e à articulação dos mesmos? E não é esse pressuposto algo superior a cada fato particular em análise, isto

é, algo ligado a um complexo histórico e conectado com um processo integral de desenvolvimento da cultura?

Em Gramsci, a crítica à ideia de objetividade absoluta não conduz, no entanto, a uma negação da existência de uma realidade objetiva:

a história deve ser ‘efetiva’ e não romanceada, a sua certeza deve ser antes de tudo a certeza dos documentos históricos (ainda que a história não se esgote *totalmente* nos documentos históricos, cuja noção é, além do mais, tão complexa e ampla que pode dar origem a conceitos sempre novos seja de certeza ou de verdade) (Q 11, § 9, p. 1372).

E, a partir destes elementos “documentais” por assim dizer, as generalizações ou elaborações mais amplas podem ser elaboradas com o cuidado de que de “pequenas ‘conjunturas’ filológicas” não se passe a “grandiosas ‘conjunturas’ sociológicas” (Q 11, § 9, p. 1372). O risco que ele identifica é de que as generalizações históricas recaiam em uma *storia eterna* sem conexão com os fatos, pensada aqui como uma abstração filosófica e que nos aproxima novamente de Skinner e de sua crítica à existência de ideias perenes. Como apontou Femia, a história não é entendida como ficção ou produto da teoria: “apesar de sua rejeição ao empiricismo, ele era animado pelo espírito da pesquisa empírica; para ele, generalizações e construções teóricas são inúteis se não confrontadas com o mundo real da experiência observada, com os fatos concretos” (FEMIA, 1988, p. 170).

Gramsci partia, no entanto, de determinados pressupostos (a filosofia da práxis), considerando a necessidade de superação da filosofia abstrata por meio de uma abordagem realista da história. Detendo-se apenas à *filosofia dos filósofos*, afirma Gramsci no § 17 (*Introduzione allo studio della filosofia. Principi e preliminari*), poderia se reconstruir somente a história “[...] das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em cada determinada época e para mudar portanto em conformidade a relativas normas de conduta” (Q 10, § 17, p. 1255). Ao menos como indicação metódica, é preciso dar “[...] atenção para as outras partes da história da filosofia: isto é, para as concepções de mundo das grandes massas, daqueles mais restritos grupos dirigentes

(ou intelectuais) e as ligações entre estes vários complexos culturais e a filosofia dos filósofos” (Q 10, § 17, p. 1255).

Ao trabalho individual de elaboração e à maneira particular como um filósofo desenvolve seu pensamento deve ser dada real importância, ainda que a filosofia seja reconhecida como vinculada a um processo histórico real. Não se perde nem a questão da originalidade da criação intelectual e nem se atribui um caráter de determinação ao processo histórico – o que Skinner acusa ser o procedimento metodológico que se poderia extrair do marxismo. A filosofia precedente apresenta questões que permanecem e se configuram como temas clássicos da reflexão política (como a natureza do poder, os mecanismos de transformações sociais e a organização das classes e grupos sociais), mesmo que respostas ou problemáticas vinculadas a estes problemas possam/devam ser renovadas. O trabalho filosófico não pode, então, ignorar seus predecessores e sim colocar-se em relação com esse aprofundando, polemizando e superando os mesmos (Q 10, § 24,). No § 31, ele retomou a questão:

[...] embora seja verdade que a filosofia não se desenvolve a partir de outra filosofia, mas é uma solução permanente dos problemas que o desenvolvimento histórico propõe, também é verdade que cada filósofo não pode ignorar os filósofos que os precederam e de fato desenvolvem sua filosofia como controvérsia ou desenvolvimento das filosofias anteriores, dos trabalhos individuais concretos de filósofos anteriores (Q10, § 31, p. 1271).

Esse debate abre frestas para a questão da língua e linguagem no pensamento do marxista italiano e uma seara de novos problemas para a reflexão em curso sobre convenções linguísticas: a existência de cisões linguísticas e intelectuais, que são também distinções entre classes e grupos sociais, e os vínculos entre língua e cultura.

Língua E Linguagem, Política E Classes Sociais

As questões de linguística em Gramsci são abordadas de modo estritamente conectado à análise da sociedade: é o terreno real no qual ocorre a intersecção da sociedade civil e sociedade política, lugar de

socialização e separação de experiências, conhecimento e sociedade. A língua é uma dimensão das estratificações sociais e culturais que permeiam a sociedade de classes e uma dimensão também onde se exerce a hegemonia (GENSINI, 2010, p. 70).

Em 1935 Gramsci redigiu o Caderno 29, *Note per una introduzione allo studio della grammatica*, composto majoritariamente de notas de primeira versão e que não foram revisadas (B). Escrito por volta de abril, encerra a produção carcerária e coincide com o momento (entre agosto de 1933 e agosto de 1935) em que o marxista dedicava-se à reelaboração de notas já escritas e organização dos chamados cadernos especiais⁹. Interessante notar que este último caderno é um retorno ao seu campo disciplinar de origem: o marxista iniciou um curso na Faculdade de Letras na Universidade de Turim, não concluído, quando já manifestava interesse pela linguística com destaque à glotologia e à abordagem neolingüística contra os neogramáticos (LO PIPARO, 2010, p. 19-29), ainda que desde então influenciado por certas leituras marxistas, chave por meio da qual interpretava o método dos neolingüísticos (ROSIELO, 2010, p. 38)¹⁰.

9 Carlos Nelson Coutinho, na Introdução da excelente tradução dos *Quaderni del carcere*, especifica que os chamados cadernos especiais dissertam sobre um tema específico e tiveram o título atribuído pelo próprio Gramsci e não pelos editores póstumos da obra. São diferentes por isso dos cadernos miscelâneos. A identificação dos parágrafos como A, B e C, por sua vez, foi proposta por V. Gerratana, organizador da edição crítica da obra utilizada neste artigo. Os parágrafos B indicam aqueles que foram escritos nos cadernos miscelâneos e não retomados nos cadernos especiais; enquanto os reescritos são identificados como C (em sua segunda versão) e A (primeira redação) (COUTINHO, 1999, p.10).

10 Dentre os neolingüísticos destaca-se a influência de Bartoli, que foi professor de Gramsci e cujos apontamentos das aulas feitos pelo aluno foram publicados em *Appunti di glottologia*. As inovações metodológicas e epistemológicas no estudo da língua e da linguagem trazidas por Bartoli naquele contexto consistiram em considerar que, uma vez que alterações linguísticas lexicais, morfológicas e fonéticas ocorrem de modo não simultâneo e nem homogêneo, seria necessário entender a dinâmica destas alterações recorrendo aos aspectos espaciais e temporais. As mudanças na linguagem seriam então resultantes de um movimento que parte de um centro difusor e é depois irradiada do centro à periferia. Tal movimento depende do elemento tempo, por isso a abordagem é simultaneamente geográfica e cronológica. No campo oposto, os neogramáticos estudavam a língua através da busca pela origem e pelo som, em uma perspectiva que se aproximava de uma arqueologia linguística. O fundamento positivista de tal perspectiva ia ao encontro, ao menos na Itália, de uma abordagem racista

Nas breves notas do Q 29, a “questão da língua” aparece como parte de uma política cultural nacional e como um aspecto da luta política (Q 29, § 7, p. 2350). No século XIV de Dante, Petrarca e Boccaccio, com o florescimento intelectual da classe em ascensão, ocorreu na Península itálica a substituição do latim cristão pelo vulgar o que constitui, para Gramsci, o primeiro momento da tentativa de construção de uma língua nacional¹¹. A utilização do vulgar era uma reação dos intelectuais italianos à fragmentação, isto é, ao colapso e desintegração das classes políticas e econômicas que vinham se formando depois do século XI com as *comuni* e representa a tentativa que, em grande medida pode-se dizer que foi bem sucedida, de preservar e até mesmo fortalecer a classe intelectual unificada (Q 29, § 7, p. 2350)¹².

Há aqui portanto uma tentativa de analisar a formação de uma língua unitária vinculada à atuação dos intelectuais. Em meio à fragmentação territorial da Baixa Idade Média, os intelectuais do século XIV tiveram êxito em conformar um grupo unitário que tornou o vulgar a língua dos eruditos. Este movimento intelectual propiciou o desenvolvimento cultural dos grupos intelectuais não apenas italianos mas europeus – e nisso ele foi um movimento progressista de intelectuais; e por outro lado foi “[...] essencialmente reacionário do ponto de vista nacional-popular” (Q 29, § 7, p. 2350). O Renascimento humanista foi um movimento de base frágil, limitado na capacidade de agregar em torno da burguesia os estratos mais ativos da sociedade. Diferente de movimentos como o calvinismo e o racionalismo francês do século XVII, não foi uma reforma intelectual e moral que “envolveu a massa” (Q1, § 46, p. 323).

Se em um momento inicial a utilização do vulgar era uma reação dos intelectuais à fragmentação da Península e a recusa ao latim uma tentativa de superação ao cosmopolitismo católico (o vulgar como um

que associava fisiologia e fonética. Por exemplo, Pier Gabriele Goidanich, que estabeleceu uma hierarquia entre os povos de acordo com as diferenças na emissão de sons, tratando a questão sob a perspectiva fisiológica-positivista e que foi diretor do *Archivio glottologico italiano* a partir de 1910. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/pier-gabriele-goidanich>.

11 Dante tem a relevância não apenas artístico-literária, lembra Gramsci, mas também teórica. *De Vulgari Eloqui*, fixa as normas para o uso do vulgar em defesa da língua materna, natural. Paradoxalmente foi escrito em latim entre os anos de 1302 e 1305.

12 O nascimento do vulgar reconstituído aqui por Gramsci é orientada pelo artigo de Filippo Ermini, publicado em *Nuova Antologia* em 16 de 1928.

germe das bases para a construção de uma cultura nacional-popular na Itália); em um momento posterior podia já se constatar como tal construção fez-se frágil. Com a hegemonia de Florença, atribui-se uma particular nobreza a um dialeto particular (o florentino) considerado então o vulgar ilustre. Esse cristalizou-se e se tornou uma língua escrita e não falada, de domínio apenas dos cultos. Quer dizer, o dialeto florentino acabou desempenhando a mesma função que tinha no passado o latim dos cultos e mostra como na história da Itália a língua do grupo dominante torna-se sempre a língua escrita (COSTANZA, 2007, p, 68). Daí a acentuada diferença entre a língua escrita e falada (sendo a primeira mais próxima dos intelectuais)¹³.

A longa história do processo de unificação política e de dependência estrangeira, com o estabelecimento de um Estado liberal moderno apenas com a proclamação do Reino da Itália (1861), poderia ter seu resultado lido como uma *rivoluzione mancata*: as históricas diferenças econômicas e sociais entre Norte e Sul não somente foram mantidas como reforçadas e a hegemonia Setentrional sobre a porção meridional assumiu uma versão “da relação territorial cidade – campo” (Q19 §24, p. 2021-22) (Sobre o *Risorgimento*, cf. especialmente Q 19) e incidia sobre o presente da Itália: ela haveria imposto um limite à construção de uma cultura nacional popular e, por consequência, de uma língua nacional. Ainda na década de 1950, grande parte da população não tinha domínio do italiano e o uso de vários dialetos, combinados com a alta taxa de não-alfabetização, eram manifestações claras do processo lento de sua construção.

Na reflexão gramsciana, a aquisição por parte do povo-nação da língua nacional era o que possibilitava o contato com a forma mais contemporânea de expressão oral e escrita. O falante era inserido em uma “comunidade internacional” uma vez que uma língua nacional, como expressão de desenvolvimento cultural e social de um Estado-nação, poderia ser traduzida por outra língua nacional (isto é, duas línguas nacionais têm correspondência recíproca), enquanto um dialeto não seria traduzível. Embora tenham sua relevância comunicativa, em especial

13 Na Itália, mas de forma acentuada também na China. O povo mantém-se na oralidade, porquanto somente a casta religiosa lê os ideogramas que exigem que se decifre a ideia por trás de um sinal gráfico (e não o fonema da letra), sendo que a ideia (ou conceito) depende ainda de um contexto. Quer dizer, é mais complexo, depende de maior arco de conhecimento (Q 5, § 23, p. 557).

na formação do indivíduo, eles são por definição locais. A construção, difusão e desenvolvimento da língua nacional orgânica dar-se-ia por meio de um processo molecular, que envolveria escolas, jornais, conversações entre indivíduos de diferentes grupos sociais, produções literárias, etc., e que se conhecendo seu movimento e complexidade seria possível uma intervenção racional (Q 29, § 3, p. 2345).

Como destaca Costanza (2007, p. 57), Gramsci pensa a língua em uma relação viva, dinâmica, com a visão de mundo, isto é, com uma cultura. Uma língua unitária está vinculada à organização da cultura, sob o risco de ser a-histórica ou artificial. Daí a polêmica crítica do marxista em relação ao esperanto. A construção da língua nacional como processo, formado por interações tanto horizontais como verticais com outros idiomas, bem como entre os falantes da língua nacional e de dialetos, não pode ser concebida sem as trocas culturais entre as comunidades de falantes, formadas por intelectuais e povo.

No § 73, do Q 1, p. 81 - depois reescrito no Q 23, § 40 - Gramsci observa a diferença entre oralidade e escrita, inserindo-a em um espaço dedicado à crítica literária. A língua escrita é fossilizada e pomposa, pouco aderente à vida cotidiana e mesmo os cultos utilizam dialetos para se expressar verbalmente. Daí que a linguagem escrita sofre vários influxos dos dialetos, tendo tendência a se provincializar ou se tornar abstrata. Por outro lado, entre o povo predomina o dialeto. Ainda que existam também abstrações nas formulações populares, na Itália o que predomina é o caráter livresco de sua produção cultural escrita, o que poderia ser explicado então através da história da língua e da cultura nacional, por meio do nexo com a formação, organização e desenvolvimentos seus grupos intelectuais.

Em Gramsci, a língua insere-se assim no nexo temático da produção intelectual e das relações cultura alta e cultura popular, cuja fragmentação entre ambas está relacionada com

a falta de um bloco histórico, de uma cultura nacional-popular, [o que] faz precipitar a cultura alta na abstração [...] e a cultura baixa no folclore, isto é, em um tipo de expressão linguística ou cultural não traduzível em outra língua da mesma época histórica (COSTANZA, 2007, p. 66).

A fragmentação entre intelectuais e os “simples” conduz a uma forma pouco aderente à realidade. Tal fragmentação não é somente linguística e conduz a uma série de outros problemas: “formação e alargamento da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa popular-nacional, isto é, de reorganização de hegemonia cultural” (Q 29, § 3, p. 2346). Questões de tal ordem seria “resolvida” apenas

se entre os intelectuais e os simples houvesse a mesma unidade que deveria existir entre teoria e prática; isto é, se os intelectuais fossem organicamente os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. [...] Somente por este contato uma filosofia se torna «histórica», se depura dos elementos intelectualísticos de natureza individual e se faz «vida» (Q 11, § 12, p. 1382).

Essas reflexões de Gramsci sobre a linguística parte de dois pressupostos fundamentais: 1) a língua e a linguagem são tratados em uma perspectiva histórica, social e política; e conseqüentemente 2) a língua e a linguagem são marcadas por cisões, que se expressam na diferença entre a) língua falada e língua escrita e b) intelectuais e povoação. Esta formulação não se apoia em essencialismo, isto é, pode ser superada posto que historicamente localizada. Sua superação não é, no entanto, apenas resultado de um esforço particular/individual do filósofo e está ligada a uma mudança profunda e ampla ou uma reforma intelectual-moral.

Considerações Finais

Gostaria de explorar brevemente o debate na literatura gramsciana atual sobre a relação entre língua, linguagem e hegemonia nos *Quaderni*. A análise de Lo Piparo sobre o papel de Bartoli e da linguística na formulação conceitual de Gramsci tem sido problematizada por uma série de estudiosos. Em particular, a ideia de que a noção de hegemonia em Gramsci foi diretamente influenciada pela leitura socioespacial dos

processos de difusão e mudança linguística proposta por Bartoli recebeu críticas de estudiosos gramscianos (como SCHIRRU, 2008; RAPONE, 2014). Lo Piparo procura afastar a influência marxista e da política da formulação gramsciana, enquanto os críticos citados enfatizam a importância dos debates do movimento comunista internacional naquela formulação, mais especificamente na leitura que os bolcheviques fizeram dos textos de Marx dos anos de 1848-1849 sobre as lutas sociais na França (SCHIRRU, 2008, p. 417).

Não obstante, é possível encontrar uma “correspondência” ou identidade entre as duas fontes da concepção de hegemonia que deságuam nas reflexões gramscianas. Elas expressam e lidam, em diferentes linguagens teóricas e políticas, com problemas que são similares e que remetem, cada um ao seu modo, à relações de dominação que são concomitantemente culturais, sociais e políticas. Tais problemas encontram, nos *Quaderni*, um desenvolvimento analítico significativo e que articula tais dimensões. A linguística em Gramsci é um objeto em si, não podendo ser reduzida ou subsumida às demais esferas de sua reflexão (CARLUCCI, 2013, p. 02). Ela se vincula organicamente com o conceito de hegemonia, seja sob inspiração de Bartoli e sua abordagem socioespacial (como afirma Piparo) e também é tributária de sua atenção à construção do Estado proletário na Rússia bolchevique (BRANDIST, 2015, 2012; RAPONE, 2014). As relações entre os diferentes grupos sociais e a ideia de “direção” eram tratadas no debate russo daquele contexto considerando a necessidade de construção de vínculos entre camponeses e trabalhadores urbanos; e a busca por unidade linguística aparece como parte dos esforços de superação desta fragmentação. Trata-se em Gramsci de uma reflexão animada pela experiência prática dos esforços para a construção da hegemonia. Gramsci esteve em Moscou e em outras cidades russas entre os anos de 1922-1924 e acompanhou tais debates. Essa experiência é incorporada àquela original, de sua formação, e articulada por Gramsci nos parágrafos do Q 10 e 11 (SCHIRRU, 2016).

Portanto, tratando seriamente e como um objeto particular a questão da língua e da linguagem, também considerou que tal tema não podia ser abordado sem se considerar as relações entre as classes e estratos sociais. Tais relações criam cisões e descontinuidades que tornam mais complexa a reconstituição de um contexto linguístico, posto que tais movimentos “forçam” a criação de diferentes níveis e estratos linguísticos

(como língua falada e escrita, culta e popular, etc), com maior ou menor propensão a se provincializar.

As considerações do marxista para o estudo de textos e produções do pensamento, assim, coadunam parcialmente com a abordagem de Skinner: o historicismo e a ênfase dada à língua e à linguagem como forma de se reconstruir o significado atribuído pelo autor seriam os principais pontos de contato. Diferente de Femia, que partindo de Gramsci propôs sua crítica ao contextualismo skinneriano, considero portanto que é possível uma aproximação mais acentuada entre estas orientações metodológicas, ainda que não se trate de uma convergência integral. A convenção linguística, ponto de partida de Skinner para a recuperação deste significado, é um elemento importante para o marxista italiano. Mas ela é, sobretudo, marcada por disputas e cisões, longe de ser inequívoca e homogênea. Escapando de toda forma de determinismo econômico ou estrutural, Gramsci destaca o conflito e o traz ao centro de sua noção de língua e linguagem.

Seguindo as proposições do marxista, pode-se considerar que a tarefa metodológica para o estudioso da teoria e do pensamento político deveria desdobrar-se em duas trajetórias paralelas. Seria necessário, ao se reconstituir o contexto linguístico, tecer as relações do autor e do texto com o grupo social com o qual se vincula organicamente. Dessa forma, pode-se inferir as características de sua “audiência”, como também aquela dos grupo antagonista e com o qual o texto se coloca em polêmica ou oposição. Trata-se de pensar as relações entre o texto e o contexto, e entre o intelectual e os grupos aos quais o intelectual se vincula. Outro caminho é, ao lado do cuidado filológico, explicitar o caráter político do texto. Trazendo ao centro a questão do conflito como característica essencial da política, deve-se considerar que o texto é, necessariamente, um documento de disputa e em disputa.

Referências

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRANDIST, Craig. The cultural and linguistic dimensions of hegemony: aspects of Gramsci's debt to early Soviet cultural policy. *Journal of Romance Studies*, v. 12, n. 3, p. 24-43, 2012.

BRANDIST, Craig. *The dimensions of hegemony: language, culture and politics in revolutionary Russia*. Leiden: Brill, 2015.

CARLUCCI, Alessandro. *Gramsci and languages*. Leiden: Brill, 2013.

COSTANZA, Orlandi. La riflessione linguistica nei Quaderni del carcere. *Lares*, v. 73, n.1, p. 55-87, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson; GRAMSCI, Antonio. (org.). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

FEMIA, Joseph V. An historicist critique of "revisionist" methods for studying the history of ideas. In: TULLY, James. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988, p. 113-134.

FEMIA, Joseph V. *Gramsci's political thought: hegemony, consciousness, and the revolutionary process*. New York: Clarendon Press: Oxford University Press, 1981.

FRANCIONI, Gianni. *L'officina gramsciana*. Ipotesi sulla struttura dei Quaderni del carcere. Napoli: Bibliopolis, 1984.

GENSINI, Stefano. Linguistics and the political question of language. In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, language and translation*. United Kingdom: Lexington Books, 2010, p. 63-79.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LO PIPARO, Franco. The linguistic roots of Gramsci's non-marxism. In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, language and translation*. United Kingdom: Lexington Books, 2010, p. 19-28.

RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos. 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

ROSIELO, Luigi. Linguistics and Marxism in the thought of Antonio Gramsci. In: In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, language and translation*. United Kingdom: Lexington Books, 2010, p. 29-49.

SCHIRRU, Giancarlo. La categoria di egemonia e il pensiero linguistico di Antonio Gramsci. In: D'ORSI, Angelo; CHIAROTTO, Francesca (org.). *Egemonie*. Napoli: Edizioni Dante & Descartes, 2008.

SCHIRRU, Giancarlo. *L'hégémonie de Gramsci entre la sphère politique et la sphère symbolique, Mélanges de l'École française de Rome - Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*. 2016. Online. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mefrim/2967>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, 2010, v. 53, n. 2, p. 299-335.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988, p. 3-53.

WOOD, Neal. The social history of political theory. *Political Theory*, v. 6, n. 3, p. 345-367, 1978.